

1 **ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**  
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE**  
3 **DE SÃO PAULO DO ANO DE 2015. Presidência:** Professor Doutor Sérgio França

4 Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
5 (FFLCH). Ao vigésimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, no Salão  
6 Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira convocação.

7 **COMPARECIMENTOS:** Sérgio França Adorno de Abreu, João Roberto Gomes de  
8 Farias, Roberto Bolzani Filho, Antonio Carlos Colângelo, Osvaldo Luis Angel Coggiola,  
9 Álvaro Silveira Faleiros, Safa Alferd Abou Jubran Chahla, Déborah de Oliveira, Carlos  
10 Alberto de Moura Ribeiro Zeron, João Paulo Cândia Veiga, Sandra Guardini Teixeira  
11 Vasconcelos, Adriane da Silva Duarte, Elizabeth Harkot de La Taille, Francisco Carlos  
12 Palomanes Martinho, Madalena Natsuko Hashimoto Cordaro, Paulo Roberto Arruda de  
13 Menezes, Giuliana Ragusa de Faria, Glória da Anunciação Alves, Luciana Raccanello  
14 Storto, Olga Ferreira Coelho Sansone, Rosângela Sarteschi, Shirlei Lica Ichisato  
15 Hashimoto, Alexandre Bebiano de Almeida, Adrián Pablo Fanjul, Valéria de Marcos, Yuri  
16 Tavares Rocha. Como assessores atuaram: Rosângela Duarte Vicente (ATAC), Vânia  
17 Santos de Melo (ATAD) e Maria Aparecida Laet (SBD). **JUSTIFICATIVAS:** Justificaram  
18 ausência os seguintes membros: Helmut Galle, Esmeralda Vailati Negrão, João Azenha  
19 Junior, Mary Anne Junqueira, Álvaro de Vita, Brasília João Sallum Junior. **EXPEDIENTE:**

20 **1. O Senhor Presidente comunicou a pauta única a discussão do GT – Atividade**  
21 **Docente – Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação**, esta sessão  
22 extraordinária da Congregação também será transmitida por IPTV, pode ser assistida.  
23 Com a palavra, o Senhor Presidente, disse: “Quando eu convoquei esta reunião para o  
24 dia vinte é porque tínhamos o prazo do dia vinte e um de agosto para entregar a posição  
25 da FFLCH, ocorre que este prazo foi estendido até dez de setembro, eu coloco como  
26 perspectiva, não precisamos tomar nenhuma decisão agora, ela foi convocada para  
27 discussão e deliberação, mas se esta Congregação achar que precisa amadurecer o  
28 assunto em uma outra Congregação, que ai sim terá que ser deliberativa nós podemos  
29 fazer, não estamos com o prazo fatal para hoje, mas se acharmos que já estamos  
30 maduros para decidir poderemos fazê-lo. Eu gostaria de organizar os trabalhos da  
31 seguinte maneira, nós temos senão me engano quatro documentos que chegaram ao  
32 conhecimento da direção, nós temos um documento da Comissão da Congregação que  
33 foi lido pelo Prof. Faleiros, na reunião anterior, vou pedir para que ele leia ou exponha

34 novamente, o documento do Departamento de Filosofia, pediria ao Prof. Bolzani que  
35 fizesse ou a leitura ou a exposição das ideias que estão no documento, terceiro o  
36 documento da plenária da Geografia, o documento está aqui, o Prof. Coggiola também  
37 expôs a posição do DH, e o DL também tem um documento, o que podemos fazer, se  
38 vocês tiverem de acordo, é a rodada destes documentos para tomarmos conhecimento  
39 do que está em discussão, e depois abrimos os debates que podem ser encima dos  
40 documentos, de repente algum documento mesclado com outro, eventualmente  
41 podemos propor um documento e votá-los em outra Congregação, a partir de uma  
42 segunda leitura, a última coisa que gostaria de dizer, pelo menos por hora, talvez  
43 devêssemos aceitar o desafio que foi feito aqui hoje de também ter uma proposição da  
44 Faculdade, algo que possa ter impacto e agregar outras forças, não somos obrigados a  
45 fazer, de repente na discussão possamos apontar propostas que possam ser  
46 eventualmente aprovadas e incorporadas.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Álvaro Silveira  
47 Faleiros, disse: “Bom esta Comissão, já falei anteriormente, nós nos reunimos na  
48 primeira vez para fazer uma espécie de diagnóstico de todas as questões envolvendo a  
49 atividade docente, e a motivação da criação desta Comissão, como já foi dito aqui mais  
50 de uma vez, se deve ao fato de estarmos passando por uma situação bastante delicada  
51 tanto pelo modo como a CERT tem desconsiderado os pareceres dos próprios  
52 Departamentos e contestado o regime de alguns colegas pelo fato de não haver por  
53 parte hoje da Reitoria uma política de reposição dos quadros de aposentados o que tem  
54 criado uma série de dificuldades nos Departamentos e também em função da discussão  
55 do GT da carreira docente, como este terceiro assunto é o que está em pauta aqui, a  
56 Comissão fez uma segunda reunião especificamente para discutir este documento, e  
57 procurou neste documento sintetizar as propostas recebidas, tanto lidas, como escritas,  
58 pelos membros da Comissão que estavam presentes, trazendo as decisões dos  
59 Conselhos Departamentais da Geografia, da História, da Linguística, das Letras  
60 Modernas, da Filosofia, das Letras Orientais e a Teoria Literária também estiveram  
61 presentes, mas não chegaram ainda a tirar uma posição em Conselho, falei também  
62 como Chefe do DLM que teve em seu Conselho Departamental esta discussão, não  
63 chegou a dizer explicitamente que rejeitava o documento, mas se mostrou bastante  
64 preocupado com alguns pontos do documento, foram destacados sobretudo o primeiro  
65 deles, a ausência de qualquer diagnóstico que justifique a carreira docente, isto foi  
66 retomado por vários outros colegas, outro ponto que chamou muita atenção no

67 documento do GT e que foi também trazido no Conselho Departamental das Letras  
68 Modernas foi justamente o fato de se associar a progressão da carreira horizontal a uma  
69 atividade de caráter excepcional, sem que ficasse em momento algum indicado o que  
70 constituiria esta excepcionalidade, e o terceiro ponto que é consenso no nosso Conselho  
71 é que de fato nós já somos submetidos a uma série de avaliações, e que a criação de  
72 mais uma avaliação individual quinquenal seria uma sobrecarga de trabalho para nós  
73 mesmos, que passamos muitas horas do nosso tempo produzindo pareceres,  
74 produzindo reuniões de progressão de carreira horizontal, produzindo credenciamentos e  
75 recredenciamentos, produzindo enormes avaliações institucionais e que o uso deste  
76 conjunto de mecanismos que já existem já é mais do que suficiente para acompanhar a  
77 atividade dos docentes, então esta foi a posição do DLM. Em relação, às  
78 recomendações do documento da Comissão, tem uma frase importante no início do  
79 documento que fala assim: mesmo sem rejeitar o documento como um todo, que este foi  
80 um ponto que alguns Departamentos rejeitaram o documento como um todo e outros  
81 Departamentos não, então isto parece ser um ponto que não houve um consenso, e me  
82 parece ser um ponto bastante importante e delicado para discussão agora, os pontos  
83 mais problemáticos coincidem com os que foram colocados pelos Departamentos de  
84 Letras, a manutenção do RDIDP como regime de trabalho, a dificuldade de justificar a  
85 criação de outro regime como o RTI e essa questão da sobrecarga, da duplicidade, do  
86 excesso de trabalho, da pouca funcionalidade de criar mais uma instância de avaliação,  
87 acredito que não preciso reler o documento, este já circulou e já foi lido, pode ser  
88 discutido, estas propostas foram colocadas, teve outro ponto importante colocado na  
89 Comissão que não apareceu no documento, porque foi entendido que o documento  
90 deveria destacar só os pontos principais, é que uma parte dos membros da Comissão  
91 achou interessante a ideia do cargo de professor pleno como uma oportunidade para  
92 aqueles que não possam ascender à titularidade que tenham uma equivalência salarial e  
93 a criação da função de professor pleno e não de um cargo, foi discutida e vista como  
94 uma proposta positiva por vários dos membros da Comissão ainda que não tenha sido o  
95 centro da discussão, basicamente isto.". Com a palavra, o Prof. Dr. Roberto Bolzani  
96 Filho, disse: "Acho que vou ler, gostaria de dizer que o DF foi um dos que não decidiu  
97 rejeitar o documento em bloco a priori, tentamos fazer uma apreciação acadêmica das  
98 propostas sem evidentemente ignorar que há todo um contexto político envolvido, então  
99 o conteúdo do texto que eu vou ler nós entendemos que ele dê conta de todas as

100 variantes envolvidas no problema, se trata de uma tentativa de apreciação das propostas  
101 do ponto de vista estritamente acadêmico, então eu faço a leitura: Em sua reunião  
102 ordinária de 14/08/15, o Departamento de Filosofia apreciou as propostas feitas pelo GT  
103 - Atividade Docente e deliberou sobre elas o que segue. Concordamos integralmente  
104 com o princípio de que toda e qualquer avaliação, seja de docentes seja de  
105 Departamentos e Unidades, deva especialmente valorizar, sem prejuízo de outros  
106 aspectos da vida acadêmica, as atividades de ensino de Graduação, e que as mesmas  
107 avaliações devam ser pensadas à luz de planos e projetos periódicos de atividades  
108 apresentados por Unidades, Departamentos e docentes, de forma articulada. Nesse  
109 sentido, o Departamento de Filosofia vê com bons olhos a proposta de “integração  
110 institucional da CERT, CPA e CAA”. Semelhante integração, além de provavelmente  
111 produzir racionalização e enxugamento dos pesados trâmites burocráticos – hoje  
112 certamente um dos principais problemas enfrentados pela Universidade -, poderá dar  
113 aos distintos procedimentos de avaliação a unidade e articulação desejadas, de modo a  
114 que as Unidades, Departamentos e docentes sejam avaliados com base em critérios,  
115 indicadores e resultados previstos e presentes nos planejamentos propostos  
116 periodicamente em seus planos de metas, planos que, por sua vez, deverão estar  
117 relacionados entre si. Consideramos aceitável a proposta de planos quinquenais feita  
118 no relatório. Sobre as propostas referentes a Regimes de Trabalho, este Departamento,  
119 antes de mais nada, expressa sua convicção de que, embora em certas áreas do  
120 conhecimento faça sentido que docentes e pesquisadores atuem em Regimes de  
121 Trabalho de Tempo Parcial e Turno Completo, por razões diversas que não nos  
122 cabe aqui analisar, nas Humanidades, de modo geral, o Regime de Dedicção Exclusiva  
123 (RDIDP) é condição necessária para que o tripé de atividades que possibilita a efetiva  
124 promoção dos fins da Universidade – ensino, pesquisa e extensão – seja exercido com  
125 qualidade. Desse ponto de vista, nos posicionamos contrariamente à proposta de  
126 criação de um Regime de Tempo Integral, no qual o docente trabalharia quarenta  
127 horas semanais nas mencionadas atividades, sem a obrigatoriedade de vínculo  
128 empregatício com a Universidade. Julgamos que teríamos aí perigosa precarização do  
129 trabalho docente e que as possibilidades de vínculos empregatícios outros estão já  
130 garantidas nos dois Regimes de Trabalho mencionados além do RDIDP. Manifestamos  
131 nossa concordância com a proposta de consolidar as normas relativas à contratação de  
132 Professores Temporários e Substitutos. Em ambos os casos, é preciso criar mecanismos

133 que, garantindo a possibilidade dessas contratações, não as tornem uma forma de  
134 aviltar o trabalho docente. No caso de Professores Temporários, critérios de mérito e  
135 excepcionalidade acadêmica devem orientar as escolhas e preferências dos Cursos: por  
136 exemplo, um reconhecido especialista numa área em que o Curso apresenta alguma  
137 deficiência momentânea ou mesmo estrutural. Quanto à contratação de Professores  
138 Substitutos, a proposta de um regime de 8 horas poderá ser garantia de qualidade dos  
139 candidatos, pois permitirá a pesquisadores com bolsas de Doutorado e Pós-Doutorado –  
140 supostamente dotados, portanto, de algum mérito já atestado – que concorram a esses  
141 postos. Contudo, parece- nos imprescindível que se criem ou consolidem mecanismos  
142 que impeçam que tais docentes temporários e substitutos se vejam na indesejada  
143 situação de serem submetidos a uma carga de trabalho e a um tempo de trabalho  
144 incompatíveis com as remunerações devidas. Para tanto, há que evitar, em ambos os  
145 casos, a repetição excessiva da renovação desses vínculos e estabelecer limites quanto  
146 ao número de contratações desses docentes, em períodos determinados. A respeito do  
147 Ingresso na Carreira, levando-se em conta o que acima se declarou a respeito da  
148 importância do RDIDP para as Humanidades, parece- nos que a proposta de  
149 abertura de Editais em RTP, com indicação nos mesmos do regime preferencial  
150 especificado pelos Departamentos ou Unidades, se, por um lado, apenas estabelece  
151 mecanismo jurídico que torne possível uma eventual mudança futura de Regime – por  
152 exemplo, de RDIDP para RTP – como resultado da avaliação do docente, por outro lado,  
153 pode acarretar a introdução de consequências indesejadas na rotina acadêmica, como  
154 um clima de insegurança e sentimento exacerbado de competitividade. Além disso, não  
155 nos parece haver garantia da eficácia desse mecanismo como forma de punir docentes  
156 mal avaliados, e é o caso de perguntar se sua possível eficácia é suficiente para  
157 contrabalançar os malefícios acima mencionados. Somos, por tudo isso, contrários a  
158 proposta. A proposta de abertura de editais em Regime RTP está obviamente atrelada à  
159 proposta de que todos os docentes, incluídos os que já passaram por período probatório,  
160 permanecerão sob avaliação, podendo assim passar de RDIDP a, por exemplo, RTP. É  
161 nossa opinião que um docente que ingressou na carreira após passar por um Concurso  
162 com provas e que, após seu ingresso, é avaliado durante seis anos em período  
163 probatório, com a análise e julgamento de três relatórios bianuais, já foi devidamente  
164 avaliado em suas capacidades como docente e pesquisador, devendo agora ser  
165 submetido a outro tipo de avaliação, que não mais diz respeito a seu Regime de

166 Trabalho, mas à sua atuação regular em seu Departamento. Nesse sentido, entendemos  
167 que a progressão horizontal, se associada a uma avaliação qualitativa feita com a devida  
168 profundidade, sem o risco da mudança de Regime, mas com a efetiva possibilidade de  
169 recusa, poderá cumprir com eficiência o papel de mostrar aos docentes se estão  
170 realmente satisfazendo aquilo que deles se exige. Entendemos também, em  
171 consonância com nossa posição desfavorável sobre a proposta de avaliação obrigatória  
172 de docentes que já passaram por período probatório, que essas avaliações ligadas à  
173 progressão horizontal não devem ser obrigatórias, mantendo-se a atual opção do  
174 docente por submeter-se ou não à avaliação. Entendemos também como saudável a  
175 proposta de que os Departamentos poderão, nos concursos para Professor Titular,  
176 especificar ênfases como ensino, pesquisa, cultura e extensão. A isso acrescentamos  
177 que seria também saudável que essas prerrogativas pudessem ser estendidas a editais  
178 de concurso para provimento de cargos novos com exigência de Doutorado. Na  
179 contramão do que normalmente se pratica em outras Universidades públicas, os editais  
180 desta Universidade trabalham com pesos para as provas que praticamente inviabilizam a  
181 real valorização das atividades de ensino e mesmo pesquisa, concentrando a maior  
182 parte do peso nos currículos. Parece- nos que isso também poderia ser objeto de  
183 análise. Finalmente, este Departamento julga interessante e digna de consideração a  
184 proposta do IAG de criação da figura do “Professor Pleno”, que não seria um Professor  
185 Titular *stricto sensu*, pois não possuiria o cargo de Titular, mas poderia, mediante  
186 concurso, alcançar um patamar acadêmico que lhe permita exercer atividades típicas  
187 de um Professor Titular. Com a palavra, o Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola, disse:  
188 “Meu informe é bem curto, nós fizemos uma discussão, apareceram diversos  
189 argumentos, inclusive muitos daqui já foram mencionados e a plenária do Departamento  
190 decidiu não aceitar este documento como base para discussão desta questão, isto é  
191 tudo, agora logicamente a fundamentação e tudo mais vai ser decidido eventualmente  
192 nesta Congregação, mas foi esta a decisão do Departamento, não produziu um  
193 documento a respeito, porque quando você se coloca contra um documento é  
194 necessário um tempo para fazer um contra documento, mas como o documento em  
195 pauta é este, simplesmente o rejeitou, embora não possa usar este termo, sugeriu sua  
196 desconsideração para discutir a matéria da qual o documento trata.”. Com a palavra, o  
197 Prof. Dr. Antonio Carlos Colângelo, disse: “Nós no dia catorze de agosto tivemos uma  
198 reunião plena de professores e produzimos o documento que enviamos a vocês, na

199 verdade muito do que esta relatado aqui, que nós colocamos no documento outros  
200 colegas já apontaram, na verdade nós não explicitamos a rejeição do documento, mas  
201 simplesmente apontamos a nossa perplexidade em relação a inconsistências neles  
202 contidas, então vou ler rapidamente, é um documento não muito extenso, mas as  
203 impressões principais que nós tiramos da nossa discussão: O grupo de docentes  
204 presentes na reunião do pleno de professores do Depto. de Geografia ocorrida em 14  
205 de agosto de 2015, ao iniciar as discussões acerca do Documento apresentado pelo GT  
206 ATIVIDADE DOCENTE, questionou a ausência de um diagnóstico que apresentasse o  
207 quadro a partir do qual as propostas nele contidas foram formuladas, ou seja, não há  
208 uma base sobre a qual o documento possa se acertar. Também se surpreendeu com a  
209 falta de argumentação para embasar as propostas nele contidas, em especial no que se  
210 refere às mudanças sugeridas para o regime de trabalho, sobretudo em relação à  
211 sugestão de contratação inicial, preferencialmente em Regime de Tempo Parcial. Ao  
212 avaliar o conteúdo do Documento GT ATIVIDADE DOCENTE, o conjunto de professores  
213 considerou que as premissas presentes no Documento em questão respondem ao  
214 esperado da missão da Universidade e se manifestou de acordo com as mesmas.  
215 Concordou também com a importância de realização de avaliação crítica e autocrítica  
216 das atividades realizadas pelo conjunto dos docentes enquanto um caminho para buscar  
217 a melhoria constante de nossas atividades, considerando porém que os critérios de  
218 avaliação devam ser amplamente discutidos e consensuados e que devam abarcar o  
219 conjunto complexo das atividades realizadas pelos docentes dos diferentes  
220 departamentos. A esse respeito, muito embora o documento não explicita os critérios de  
221 avaliação que pretende adotar, o grupo considera pertinente que sejam considerados  
222 aqueles já existentes na FFLCH, a saber, os critérios adotados para progressão  
223 horizontal e o recente documento enviado à CERT formulado em defesa dos Relatórios  
224 de Estágio Probatório questionados nos últimos meses. Outro ponto considerado, diz  
225 respeito à necessidade de transparência e de cooperação entre os segmentos  
226 institucionais no processo de avaliação, evitando-se sua verticalização e centralização  
227 das decisões. No que se refere às questões relativas ao Regime de Trabalho,  
228 entendemos que há uma contradição entre as premissas que nortearam o documento e  
229 as propostas apresentadas para alcançá-las. **O Depto de Geografia se colocou**  
230 **unanimemente contrário a qualquer tipo de regime de trabalho que não seja o**  
231 **RDIDP, e sobretudo à contratação em RTP**, considerando que tal tipo de contratação

232 colocaria em xeque a Excelência da Universidade de São Paulo tal qual hoje se  
233 apresenta, inclusive com reconhecimento internacional. Os docentes entendem que a  
234 proposta de RTP indica um direcionamento para um tipo de Universidade muito próximo  
235 ao das Instituições de Ensino Superior Privadas que, para atender às exigências  
236 mínimas do MEC, mantêm cotas rígidas de professores conforme o regime de trabalho  
237 (horistas, tempo parcial e jornada integral), cabendo a cada um deles um papel  
238 diferenciado na Instituição, sem que fique claro qual o projeto de Universidade que os  
239 unifica. Uma divisão de docentes dessa forma impediria o alcance das premissas  
240 declaradas. Afinal, qual é a missão da Universidade? Entendemos que a missão é  
241 formar pessoas para atuar em prol do nosso desenvolvimento social seja como  
242 profissional técnico, professor ou como cidadão. Sendo assim, o grupo entende que para  
243 poder avançar nessas discussões de forma qualificada seria de fundamental importância  
244 a apresentação de um diagnóstico circunstanciado da real situação da Universidade e do  
245 desempenho do quadro docente em cada unidade, que indique efetivamente quais são  
246 os nossos principais problemas e onde eles estão. Este é o teor do documento que  
247 produzimos na sexta-feira.”. Com a palavra a Profa. Dra. Maria Cristina Fernandes Salles  
248 Altman, disse: “Acredito que a nossa posição, do DL, está contemplada não só pelas  
249 discussões anteriores, mas pela redação mesmo do documento da Comissão, nós  
250 coincidimos as nossas reflexões pela maneira como foi encaminhado pela Comissão,  
251 então em benefício do tempo eu passo a resumir, embora o documento seja bastante  
252 curto, acredito que se resumir eu possa trazer a posição dos colegas. O nosso  
253 Departamento também não recusou in limine o documento, ao contrário, nós achamos  
254 uma atitude temerária, achamos melhor discutir os pontos controversos, se não assumir  
255 uma posição definitiva, pelo menos apontar no que estes pontos nos incomodavam e os  
256 pontos foram três, primeiro a própria obscuridade do documento do GT em revelar sua  
257 motivação, a falta de clareza do que motivou as proposições do GT abre espaço para  
258 uma série de interpretações muito pouco construtivas do nosso ponto de vista. O  
259 segundo ponto é a questão dos regimes de trabalho, nós discutimos muito esta questão  
260 e vamos optar como prioridade, assim como a Geografia, ao RDIDP e o terceiro, não  
261 ficou claro para nós o objetivo das propostas relativas a valorização e avaliação do  
262 trabalho docente, a argumentação neste sentido que eu digo que não há necessidade de  
263 eu detalhar ela está bem explicitada no documento geral da Comissão, eu apenas  
264 acrescentaria que o Departamento no que diz respeito a questão da avaliação não achou

265 claro o lugar que avaliação quinquenal ocuparia no conjunto das avaliações existentes,  
266 muito menos nos pareceu claro qual órgão seria executor desta avaliação, se ela se  
267 somaria as quais aquelas a gente já se submete, ou então se ela substituiria, ou seria  
268 somada, tudo isto precisa ser esclarecido ou pelo menos discutido para que a gente  
269 possa efetivamente tomar uma posição. Bom, além disso, causou estranheza dos  
270 professores do DL os seguintes pontos: nós estranhamos que o documento não tenha  
271 feito qualquer menção ao papel das Fundações em correlação com os regimes de  
272 trabalho, há distorções aqui e nós sabemos que há e nós estranhamos que não tenha  
273 sido feita a menor menção em relação a isto, estranhamos também que o documento  
274 tenha tomado como premissa “a valorização do RTP por méritos estritamente  
275 acadêmicos” como se fosse possível ser de outra maneira, estranhamos ainda que se  
276 tenha admitido a possibilidade de se desvincular o trabalho de docência do trabalho de  
277 pesquisa, isso nos define como Universidade, como é possível imaginar que possa ser  
278 diferente, ou então que se cogite o ingresso na carreira em RTP, embora eu tenha agora  
279 depois da primeira reunião conversado com algumas colegas que tenha sugerido que  
280 temos que ser nó flexível, no momento o DL não se sente a vontade para ser flexível,  
281 quanto aos pontos que nós discutimos há outros que não tivemos oportunidade de  
282 discutir isto não esgota a possibilidade de discussão do documento, mas enfim  
283 discutimos estes, enquanto a estes pontos os professores do DL tem claro que o regime  
284 preferencial e inicial de trabalho é o RDIDP, nem um outro, temos claro também que os  
285 critérios de valorização e avaliação do trabalho docente devam contemplar as  
286 especificidades de cada Unidade sem perder de vista que fazemos parte de uma única  
287 Universidade, também temos claro que as motivações e objetivos das presentes  
288 propostas relativas a carreira docente devam ser criteriosa e amplamente explicitadas  
289 para poderem ser debatidas por nós, evidentemente ai assumimos uma posição, esse é  
290 o nosso papel, o presidente da CERT foi pragmaticamente sincero quando disse que  
291 estava atrás de indicadores específicos de cada Departamento e de cada Unidade, cabe  
292 a nós nessa Congregação definirmos então que tipo de professor queremos ter, que tipo  
293 de carreira queremos promover e assim por diante, acho que isto resume nossa  
294 posição.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Safa Alferd Abou Jubran Chahla, disse: “Apenas  
295 não sei se ficou claro que o DLO apoia *ipsis litteris* o que foi decidido pela Comissão e  
296 lido pelo Prof. Álvaro, só isto, apoiamos esta proposta, obrigada.”. Com a palavra, a  
297 Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, disse: “Boa tarde a todas e a todos, eu

298 também gostaria de dizer que no DA nossa discussão sobre o GT ficou muito vinculada  
299 ao que também nós colocaríamos no relatório de avaliação institucional, como disse o  
300 Faleiros no caso do DA não teve nada de inventivo foi realmente um relato do que nós  
301 entendemos do que devemos fazer, e já fazemos, então assim como outros colegas já  
302 colocaram nós do DA nós enfatizamos que o RDIDP nos fez e nos faz o que somos, nós  
303 chegamos até aqui por causa disso, somos o que somos, aliás a USP só é o que é,  
304 porque se fez a partir de um projeto que agora está em cheque, então o Prof. Márcio  
305 Ferreira da Silva representou o DA na Comissão e nessa medida o que ele lá conversou  
306 e decidiu é o que nós também apoiamos no documento da Comissão.". Com a palavra, o  
307 Prof. Dr. Jorge Almeida, disse: "Boa tarde, o DTLLC também enviou representante, o  
308 Prof. Marcelo Pen a Comissão, também achamos que a posição do Departamento está  
309 contemplada pelo documento finalizado pela Comissão e também como o DA, efetuou  
310 este debate muito em função do extenso relatório de avaliação, no qual também se  
311 verificou um problema, que a possibilidade de avaliação individual junto com a avaliação  
312 departamental é um problema para a configuração dos planos de metas, porque muitas  
313 vezes os planos de metas não são cumpridos por deficiência acadêmica ou por  
314 impossibilidade de mérito, mas sim porque as condições necessárias para que as metas  
315 sejam atingidas não são propiciadas em conjunto, eu diria no caso do nosso  
316 Departamento que tem perdido e vai perder uma porcentagem enorme dos seus  
317 professores por aposentadoria e não há uma perspectiva para a restituição destes  
318 quadros, como avaliar individualmente um professor que já está totalmente  
319 sobrecarregado em função de metas, que são metas históricas do Departamento e que  
320 não poderão ser contempladas em função das possibilidades institucionais e devido  
321 também ao atual quadro da Universidade, bom de qualquer modo estamos  
322 contemplados no documento e parabeno meus colegas responsáveis pela redação do  
323 documento.". Com a palavra, o Senhor Presidente, disse: "Vou tecer duas ou três  
324 palavras antes de abrir o debate, foi muito bom que os Departamentos se manifestaram  
325 e com densidade a respeito das questões que foram colocadas, a primeira vista me  
326 parece que temos menos divergências do que possa parecer, acho que há alguns  
327 pontos basilares que são tão substantivos para todos nós que as divergências  
328 praticamente não existem. O que há é algumas divergências de ênfases, certamente há  
329 divergência em se recusar o documento ou não, eu pessoalmente já tinha falado no CO  
330 gostaria de ter analisado o diagnóstico que permitiu chegar a este documento, porque

331 para nós que somos pesquisadores checamos como a realidade se expressa através de  
332 determinados indicadores e de que interpretação se trata, aparentemente é uma  
333 avaliação de que as coisas não andam bem, mas de onde não anda bem, quem disse  
334 isso, que critérios, acho que este é um problema que aparece com muita clareza, como  
335 Diretor eu tenho uma dificuldade muito grande de sair com um documento dizendo que  
336 recusamos tudo, acho que esta Congregação tem argumentos suficientes para  
337 questionar, criticar, avaliar cada um dos pontos colocados e termos nossa posição,  
338 porque sim ou porque não, mas isto quem vai decidir é esta Congregação, eu pediria, se  
339 vocês entenderem que seja assim, que a discussão gerasse em torno dos relatos que  
340 foram feitos aqui e eventualmente se alguém achar que deva construir uma narrativa  
341 diferente, com argumentos novos e fatos novos é claro que o espaço está aberto, e volto  
342 a dizer se acharmos que ainda não é o momento de chegarmos a uma decisão nós  
343 poderemos ainda trabalhar mais este documento e ser submetido a uma próxima  
344 Congregação ou Extraordinária.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Cícero Romão Resende  
345 Araújo, disse: “Boa tarde, na verdade só vou fazer uma colocação formal, a Profa. Maria  
346 Helena, representante da Congregação, pediu, visto que sou suplente, para substituí-la,  
347 infelizmente não vou poder participar da discussão, mas já ouvi o debate, devido a um  
348 compromisso, realmente existe uma convergência substantiva nas colocações,  
349 evidentemente é uma questão de avaliar uma maneira mais interessante de intervir no  
350 CO a partir deste quadro substantivo, de qualquer jeito depois o Prof. Sérgio Adorno me  
351 comunica as decisões desta Congregação.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Osvaldo Luis  
352 Angel Coggiola, disse: “Espero participar do debate até o fim, mas teria que ser rápido  
353 porque dou aula, quero me manifestar no seguinte sentido, o debate é sobre rejeitar,  
354 aceitar em parte, etc, acho que este debate nós simplesmente poderíamos deixá-lo de  
355 lado, nós tomamos uma decisão neste sentido, acho que algum Departamento tinha que  
356 dizer isto: sou absolutamente contra. Em qualquer hipótese, porque inclusive aqui no  
357 documento diz mesmo sem rejeitar o documento como um todo, o que tranquiliza muitas  
358 pessoas, depois na prática, quase rejeita como um todo, então não tem importância dizer  
359 que rejeita como um todo, ou rejeita em parte, minha proposta é que os documentos que  
360 aqui foram lidos ou resumidos, no caso da Linguística, poderiam ser consolidados, ou  
361 seja, que poderia ser todos reunidos e digamos que todas as contrapropostas, porque na  
362 prática o que existem são contrapropostas, mas que são construtivas pelo que consegui  
363 ouvir, não é simplesmente não gosto disto não gosto daquilo, e uma Comissão poderia

364 ser designada aqui nesta Congregação que consolidasse os três, quatro documentos em  
365 circulação e que este documento fosse a nossa manifestação da Congregação, essa é  
366 basicamente minha proposta. Poderia dizer também que o documento que foi  
367 apresentado pelo GT que se define como mestre-conceitual, acho que não é nenhuma  
368 das duas coisas, mas tudo bem, esta se referindo como ele é, diz o que será feito  
369 depois, sendo que isto não lhe cabe o GT, visto que a função do GT não é decidir o que  
370 vai ser feito com qualquer documento, com qualquer proposta que surgir, a função do  
371 GT, não particular, mas de qualquer GT deste planeta é simplesmente dar um parecer,  
372 um relatório, uma série de propostas e a maneira de como vai se proceder estas  
373 propostas não cabe ao GT decidir, porque este não foi eleito por ninguém, quem irá  
374 decidir será o CO, o Reitor, alguém que foi eleito, aqui já está antecipado, estou dizendo  
375 isto para nós vermos o tipo de coisa que estamos lidando, mas me parece que o  
376 procedimento mais correto é dizer a Congregação diante do documento apresentado  
377 pelo GT faz as seguintes reflexões, nem mestre, nem conceituais, e aí se consolida as  
378 diversas reflexões que aqui forem feitas.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Valéria de Marco,  
379 disse: “O que eu queria colocar é esta proposta do Coggiola de sair um documento que  
380 consolide as diferentes posições é uma resposta ao que aí está, como também concordo  
381 com o Coggiola nós teremos o direito de por em discussão alguma proposta ou  
382 lutaremos para isso, acho que devíamos fazer um esforço de fazer uma que dado a  
383 conjuntura que nós estamos em que a crise financeira da Universidade, as agressões da  
384 CERT, o autoritarismo geral interno e externo, acho que precisamos tomar um pouco de  
385 distância disto e fazer o exercício para propor e talvez, porque faz tanto tempo que nós  
386 não discutimos mais fundamentos da carreira que talvez seja o caso de fazermos uma  
387 proposta rápida para os Departamentos se pronunciarem. Vou dispor então algumas  
388 questões que para mim são fundamentais, e há fantasmas no documento que ninguém  
389 toca, diagnóstico propriamente não existe, não adianta pedir, as práticas revelam o que  
390 está acontecendo e as tensões que estão postas na Universidade e a disputa política em  
391 torno de um modelo de Universidade para a USP, todo mundo aqui estava assustado  
392 com a história de bolsa de pesquisa, não sei se aqui ninguém sabe, mas a Faculdade de  
393 Medicina dá bolsas de pesquisa para seus docentes com concurso a cada ano, uma  
394 bolsa de pesquisa de cinco mil reais por mês, cem bolsas por ano atribuídas na  
395 Faculdade de Medicina, claro o dinheiro vem da Fundação, outra coisa eles estão  
396 discutindo se vão dar bolsa para os professores que mais se destacam no ensino, isto

397 vem na forma de bolsa, agora os outros auxílios estão nas Fundações, eu converso com  
398 gente de todo lugar, isto precisa ser transmitido, a bolsa do CNPq como tem um número  
399 restrito há muito tempo a Faculdade de Medicina tem este problema eles inventaram  
400 uma bolsa de pesquisa para eles, há práticas que estão rolando, porque a história de  
401 novo das quarenta horas, por exemplo, para quem chegou depois nesta Universidade  
402 isto foi votado em 88, naquele momento qual era a justificativa: o fato de poderem  
403 trabalhar e ao mesmo tempo contribuir para os índices e programas de pós-graduação,  
404 como todo mundo sabe consta nos relatórios da CAPES, outro fantasma que não está  
405 explicitado no documento, porque a CAPES é que realmente mudou muito o compasso  
406 da nossa Universidade, várias Escolas só tinham programa de nota três na época, bom é  
407 claro que junto com a pressão das privadas hoje é considerado pleno o professor de  
408 trinta horas e como perderam as quarenta horas se criou na CERT a história do  
409 credenciamento que muitos professores da nossa Faculdade tem, quando estive na  
410 CERT vi um enorme número de credenciados da nossa Faculdade, tem que pedir  
411 credenciamento tanto quem vai fazer tradução como quem está trabalhando na  
412 Fundação, então o leque é tudo isto, o diagnóstico não vai aparecer, porque a disputa  
413 política se explicita, está é a questão que nós temos que tentar conversar com os  
414 colegas, o diagnóstico é esta barbárie que nós estamos vivendo, segundo carreira é uma  
415 coisa, regime de trabalho é outra, acho que precisamos fazer um esforço de pensar qual  
416 é a carreira docente que queremos e pensar que isto ficará, como ficou esta vários anos,  
417 acho que temos que colocar de novo em discussão, começar a carreira em mestre, a  
418 nossa Faculdade vira e mexe tem que estar pedindo autorização para mestre fazer  
419 concurso, para isto temos que fazer uma discussão longa, a maior parte aqui já perdeu  
420 esta discussão, não acompanhou, mas sempre defendemos isto, segundo acabar com a  
421 progressão horizontal na carreira, o problema decorrente disto é facilmente solucionável  
422 e tudo bem mencionar o professor pleno, mas a nossa Faculdade sempre se posicionou  
423 pelo titular que deixa de ser cargo e passa a ser função, como neste ano passaram a  
424 funcionar as Universidades Federais, era cargo e passa a ser função, é abrir a carreira,  
425 porque ai nós também pagamos o mico das áreas que disputam o concurso de titular,  
426 porque isto significa prestígio no escritório, um parecer mais caro, quer dizer a gente não  
427 está discutindo o assunto, se a gente chegar lá eu faço uma proposta destas coisas, e  
428 nós temos que separar a discussão, carreira, avaliação e regime de trabalho.". Com a  
429 palavra, a Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, disse: "Eu não me manifestei na

430 presença do Prof. Terra, porque eu seria tão indelicada quanto acho que ele foi, não  
431 achei que era pertinente, mas eu acho que o ponto que ele levantou que não há  
432 propostas inovadoras na Universidade facilmente se explica pela falta de espaços para  
433 isto, nós não vivemos numa Universidade democrática, então não há espaço para se  
434 colocar legitimamente nada novo a não ser na base da força, e só queria pontuar Sérgio  
435 se você me dá licença que tratar mito nesta Congregação como sinônimo de mentira é  
436 no mínimo uma insensatez, porque não só na área da Antropologia como várias das  
437 nossas áreas sabem que discursos criam realidades, e narrativa mítica não é sinônimo  
438 de mentira, mas enfim, o que eu queria destacar, concordando com o Coggiola, acho  
439 que é possível sim chegarmos numa redação que nos represente frente a este  
440 documento do GT, mas acho se vocês me permitem que nós temos de alguma forma  
441 expressar, se é que nós estamos de acordo em relação a isto, é que nós estamos  
442 cientes de que há um projeto de Universidade que nos trouxe até aqui e que agora está  
443 sendo posto em xeque, quer dizer a USP chegou a ser o que ela é porque havia sim  
444 indissociabilidade entre docência, pesquisa e extensão, e se nem todos fazem isto, pelo  
445 menos nós entramos aqui para fazer isto e acredito que muitos de nós fazem, então há  
446 um projeto que está em cheque e que projeto é este que está se tentando colocar no  
447 lugar? Um projeto empresarial, para tornar isto aqui uma empresa segundo uma lógica  
448 que é não do capital simbólico da produção do conhecimento, mas do capital econômico,  
449 isto de alguma forma tem que ficar claro, porque para nós contratar docentes em início  
450 de carreira em RTP é dizer que eles nunca vão ficar de fato como docentes da  
451 Universidade, eles vão dar aula aqui e acolá e nunca vão se envolver com nada, e ai  
452 quem tiver numa gestão central é quem vai mandar e desmandar, porque todo mundo  
453 vai estar de passagem, então é isto que a gente quer? No DA se este for o projeto vai  
454 acabar o Departamento, nós não trabalhamos desta forma, acho que não se faz  
455 Antropologia desta forma, então isto tem que ficar claro seja lá qual for a crítica  
456 construtiva que a gente venha a fazer, mas eu me preocupo muito com este cronograma,  
457 até dez de setembro as Congregações apresentam propostas, todo mundo ouviu aqui o  
458 que o Prof. Ricardo Terra falou que não vai ser feito um balanço e que todas as  
459 propostas encaminhadas serão pelo menos encaminhadas, vai ser feito uma triagem,  
460 agora triagem do que? Quando a gente faz triagem a gente tem critérios, o tamanho da  
461 peneira define o que passa por ela, não é mesmo, então o que garante que o que nós  
462 vamos aqui encaminhar vai nessa triagem ser minimamente contemplado, acho que é

463 preciso ter uma estratégia para que seja, uma estratégia discursiva se for o caso, e  
464 desculpe, se em outubro, ou seja lá quando for, vai ser dado um tratamento jurídico,  
465 significa criar formas de dizer o que se quer com todo um linguajar difícil, a gente sabe  
466 disso, dá tratamento jurídico é criar o que já está criado e criar mais, então acho que  
467 temos que estar preparados para tirar daqui um documento que seja tão impactante e  
468 tão claro que rejeitá-lo seria algo muito questionável por parte deste GT, acho que temos  
469 que ter uma estratégia de redação que seja assim algo que não possa ser desprezado,  
470 que representa a maior Unidade desta Universidade e de alguma forma a gente tem que  
471 fazer se ouvir.". Com a palavra, a Profa. Dra. Rosângela Sarteschi, disse: "Eu tinha  
472 algumas considerações, mas acho que a Ana contemplou mais ou menos apontando as  
473 questões que eu estava preocupada, de qualquer maneira me parece que estamos aqui  
474 caminhando para uma rejeição do documento, mas uma rejeição qualificada, não é um  
475 simples não, mas uma rejeição por N motivos, e acho que a proposta da Valéria é uma  
476 segunda etapa, acho que não é agora nesta discussão que está colocada e da forma  
477 que está colocada pelo GT, pela Reitoria que a gente vai ter espaço para trazer estas  
478 questões que são importantes, algumas eu discordo, outras eu concordo, mas acho que  
479 é um segundo momento que a gente vai poder com serenidade, com tranquilidade poder  
480 discutir o tipo de Universidade que a gente quer, uma coisa que talvez não tenha sido  
481 referendada desta forma, mas uma das coisas que mais me preocupa é o regime de  
482 dedicação integral que para mim é nada mais que a institucionalização, quem é que vai  
483 trabalhar quarenta horas na Universidade e depois vai trabalhar mais vinte horas no seu  
484 consultório, isto para mim é uma forma de com o jeitinho brasileiro institucionalizar, acho  
485 que isto é de um insulto a nossa atuação no âmbito da Universidade. Outra questão que  
486 eu queria levantar diz respeito, a que momento vamos fazer isto, não sei se tem um  
487 problema aí, porque mês que vem parece que a gente muda a Congregação, a gente  
488 teve eleição agora, acho que seria interessante esta Congregação que tem discutido,  
489 alguns Departamentos sim outros não, muitos de nós não continuaremos na próxima,  
490 não falo em meu caso, porque talvez eu continue, dependendo da eleição, queria  
491 considerar esta questão, se eu não me engano quando houve a convocação desta  
492 Congregação extraordinária um dos argumentos para ser hoje era também para pegar  
493 os atuais membros que já vinham acompanhando as discussões.". Com a palavra, o  
494 Prof. Dr. Álvaro Silveira Faleiros, disse: "Só talvez uma proposta de encaminhamento,  
495 porque como a gente vai ter que construir um documento da Congregação que talvez a

496 gente possa usar a própria Comissão, ou usar o CTA, os Chefes de Departamento  
497 talvez, para formar esta Comissão e consolidar este documento em torno daquilo que  
498 vem sendo colocado aqui e chamado atenção, talvez pelos Chefes de Departamento  
499 terem acompanhado nos seus conselhos esta discussão talvez estejam bem informados  
500 e a maioria também esta presente hoje aqui, para consolidar este documento, esta é  
501 minha proposta.". Com a palavra, o Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul, disse: "Bom estou  
502 tentando contemplar algo que contemple as diferentes expectativas, sei que não é fácil,  
503 uma parte esta com um certo incômodo de dizer rejeitamos, há colegas que não se  
504 sentiriam a vontade neste sentido, mas também está o problema como disse a Profa.  
505 Valéria o que revelam as práticas, e o que revelam as práticas que estão em andamento  
506 é que em cima disto há riscos imensos para a vida de todos os professores aqui na  
507 Universidade, e que vale a pena correr o risco que o conjunto das propostas caiam sobre  
508 nós só porque gostamos de um aspecto como o professor pleno e temporário, que  
509 somente afeta uma parcela dos docentes e da vida da Universidade, penso que  
510 podemos chegar numa redação e numa proposta, não estou pensando apenas na  
511 redação, mas num raciocínio que não implique a frase aceitamos ou rejeitamos, mas que  
512 bloqueiem o avanço das coisas que nos preocupam, em primeiro lugar acho que  
513 podemos argumentar e que vai no sentido que diz a Valéria é que uma avaliação para  
514 atividade docente e uma proposta para as características que tem que ter esta atividade  
515 tem que ser em cima de princípios da Universidade, não sei se vocês lembram, mas a  
516 Universidade estava numa discussão sobre o Estatuto em que os temas eram princípios,  
517 objetivos, missão, isto ficou truncado e não escapa de nenhum de nós que o modo como  
518 se pensa a atividade docente está estreitamente relacionado a como Universidade se  
519 define, então há um problema aqui, esta discussão está colocando o carro diante dos  
520 bois, digamos não há uma discussão, foi truncada aquela discussão sobre princípios e  
521 objetivos da Universidade e agora aparece isto, então a Congregação podia fazer um  
522 texto que explique que uma avaliação e uma construção de uma concepção da atividade  
523 docente deve ser norteadas em função de decisões sobre princípios e objetivos da  
524 Universidade, bem como da sua estrutura de poder, eu na minha fala da reunião aberta  
525 anterior fiz referência a isto, como a estrutura de poder da UNICAMP sendo diferente  
526 pode explicar algumas coisas de como se realiza a avaliação docente por lá de forma  
527 diferente, e explicitar que no âmbito da Universidade essas discussões estão  
528 inconclusas. Em segundo lugar seria dizer que seriam resoluções sobre estes princípios

529 e estruturas de poder que estabeleceriam valores e prioridades com base nos quais  
530 podia se discutir a carreira e fundamentalmente deveria ser realizado antes um  
531 diagnóstico amplamente documentado em conceitos e indicadores que localizem como  
532 está a Universidade em relação aos valores e prioridades para atividade docente que  
533 surgem destes princípios, e que isto sim deve ser seguido por etapa, podemos dizer a  
534 seguir que dado que o documento do GT não é precedido por este processo, então ele  
535 também não serve de base para o tempo de processo de mudança que a Universidade  
536 necessita, para não deixar de dizer algo que apareceu no documento, o que aconteceria  
537 se disséssemos que rejeitamos de vez, pode-se dizer depois que de alguns consensos  
538 que surgiram dos Departamentos em todos os assuntos tratados e ai sim elencar tudo  
539 que está no documento, digamos desta Comissão aquilo que seja consensual, penso  
540 que dessa maneira pautaríamos que não serve de base porque não foi precedido para  
541 aquilo que deveria conceitualmente e com embasamento em dados precedê-lo, o  
542 seguinte passo é traduzi-lo em resoluções regimentais, penso que dessa maneira e  
543 elencando os consensos que houveram aqui não estamos simplesmente não dizendo  
544 nada e não estamos também nesta dicotomia de rejeitar ou não o documento, que pode  
545 servir de base, dadas as práticas das quais Valéria se referiu, para que aquilo que não  
546 desejamos caia sobre nós.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho, disse:  
547 “Cada vez mais confuso, confesso para vocês, após as leituras dos documentos nós  
548 estávamos caminhando para uma estratégia comum, mas não me parece que esteja  
549 muito claro isto, acho que esta questão de rejeitar ou não o documento, acho que  
550 devemos primeiro decidir alguma coisa sobre isto , porque a rejeição do documento  
551 invoca um ato político, não é um ato baseado numa análise, porque o documento é uma  
552 amalgama de propostas, ele é um agregado de propostas, imaginar que este documento  
553 configura um retrato acabado de Universidade seria excessivo, ainda que por detrás  
554 deles nós percebemos o que algumas pessoas entendem do que deve ser uma  
555 Universidade, não tenho dúvida sobre isto, mas eu temo que nós percamos a  
556 oportunidade de interferir em algo importante, se nós simplesmente tentássemos ajeitá-lo  
557 ou adotá-lo em bloco, acho que não temos alternativa a não ser nos referimos a ele, no  
558 que quer que nós escrevamos aqui, nós temos que fazer algo que nos dê uma resposta  
559 para estas propostas, elas são muito variáveis, elas não estão todas articuladas,  
560 algumas estão, por exemplo esta famigerada proposta de ingresso no RDIDP está  
561 associada a avaliação permanente dos professores, há claro uma articulação ai, mas há

562 outras propostas que não estão articuladas, como parece claro por aqui que nós vamos  
563 rejeitar estas duas propostas, porque rejeitar uma significa rejeitar a outra, o que eu  
564 entendo pelo que ouvi dos colegas aqui, acho que tenho muita simpatia por esta ideia é  
565 qualquer resposta que nós vamos dar tem que estar baseada numa concepção de  
566 Universidade que nós julgamos que é a nossa, e aí acho que temos um desafio, eu vejo  
567 como nas falas da Valéria e da Ana que é o de que se queremos que a Universidade  
568 toda esteja apegada por esta concepção de Universidade, ou se entendemos que esta  
569 Faculdade pelas suas peculiaridades deve-se reconhecer como sendo o lugar na  
570 Universidade onde esta concepção de universidade ainda, ou pela natureza das  
571 humanidades se deve manter, isto não é claro para mim, me parece que temos mais  
572 facilidades de argumentar em favor de que o papel das humanidades é o de crítica  
573 interna da Universidade, o que nos favorece a ideia de que o nosso documento vai se  
574 fundar na ideia de que nosso papel é crítico, e acho que temos mais chance de sermos  
575 ouvidos do que se fizermos a proposta de que a Universidade toda deveria ser regida  
576 por isto, lembrem-se da primeira versão que foi muito ruim daquele documento falando  
577 que não havia unanimidade nenhuma, aquilo deve ter sido uma briga pesada, há várias  
578 realidades diferentes envolvidas aqui, há várias ideias de Universidade que estavam  
579 tentando se impor neste documento. Então, provavelmente há uma diversidade aí, a  
580 questão é nós vamos expressar uma posição que nós entendemos que deve ser da  
581 Universidade, uma concepção de universidade, e nisso vamos ser acusados de recusar  
582 a diversidade, ou nós vamos defender que nós não podemos aceitar propostas que  
583 estão ali, porque são aberrantes em face da concepção que temos de Universidade que  
584 nos cabe defender dentro do interior desta, em outras palavras, nós estamos diante de  
585 um desafio que estamos recusando há muitos anos que é responder a pergunta, qual é o  
586 papel das Humanidades na Universidade, eu acho que isto nós não estamos fazendo por  
587 várias razões e isso se reflete na maneira como estamos encaminhando nossas  
588 possíveis respostas aqui, eu concordo com a ideia de que não podemos só pegar cada  
589 proposta e responder sim ou não, nós temos que ter um arrazoado que fundamenta a  
590 nossa resposta, mas acho que se nós não nos referimos pontualmente a cada uma delas  
591 recusando ou aceitando com base neste texto inicial, nós estamos nos furtando de fazer  
592 o papel que uma Congregação tem que fazer é legislar, nós estamos diante de um  
593 desafio legislativo, se nós transformarmos nossa resposta num ato político, e  
594 simplesmente deixarmos de lado o fato de que for aprovado aqui vai durar décadas,

595 porque quando se legisla, se legisla para o futuro, sem fechar os olhos para o problema  
596 atual nós estamos recusando uma coisa que temos que fazer, temos que nos posicionar  
597 pontualmente sobre estas propostas, agora temos que fazer isto com base numa  
598 concepção unificada do que é Universidade para nós, ou do que é o papel da FFLCH no  
599 interior da Universidade, não sei qual dessas duas é mais adequada, porque acho que  
600 paramos de pensar nisso, mas acho que a estratégia tem que ser esta, o que significa  
601 que não temos como responder nada hoje na minha opinião, porque primeiro temos que  
602 decidir isto, se nós vamos interferir na Medicina, dizer que esta tem que parar de dar  
603 bolsa, que eu acho que deveria parar de dar bolsa, mas não sei se podemos fazer isto  
604 num documento minimamente aceitável no CO, vamos ser motivo de chacota  
605 provavelmente, então como é que nós vamos responder de modo que a gente possa  
606 manter nossa posição sobre o que deveria ser a Universidade, ou o que deve ser a  
607 FFLCH, acho que nós temos que fazer um texto que fique claro isto, me parece muito  
608 óbvio que há um consenso em relação ao RDIDP e todo mundo deixou aqui muito claro,  
609 sem RDIDP não dá, eu não tenho coragem de dizer isto para Universidade inteira,  
610 porque não conheço a Universidade a ponto de dizer isto, mas para as Humanidades  
611 não tem como a gente exercer a função que nos caberia sem exercer a dedicação  
612 integral, acho que é ponto central do qual vão sair todos os outros pontos, explicar  
613 porque o RDIDP é a essência do nosso trabalho, acho que esta explicação não pode ser  
614 meramente salarial, acho que estamos falando mais aqui de salário do que concepção  
615 de Universidade, e daí vai decorrer tudo mais na minha opinião, nós vamos recusar a  
616 proposta do ingresso em RTP, nós vamos recusar o professor quarenta horas, vamos  
617 recusar avaliação quinquenal obrigatória, vamos recusar a progressão horizontal, um  
618 tema mais complicado que muitos de nós éramos contra a princípio, mas talvez seja um  
619 mal necessário, como vamos passar isto sem passar por sonhadores, que são tolerados  
620 na Universidade e dizer com muita clareza, o nosso papel não pode ser exercido sem  
621 que tais propostas sejam recusadas e tais propostas sejam mantidas, a questão do  
622 professor pleno é uma questão que tem que ser estudada com atenção, é isto que  
623 vamos acabar fazendo, o segredo é como nós vamos dizer isto, qual é o discurso, qual é  
624 a argumentação que nós vamos fazer.”. Com a palavra, a Profa. Dra. Valéria de Marco,  
625 disse: “Porque agora trata-se mesmo de pensar uma estratégia, porque acho que este  
626 consenso a qual o Adrian se referiu, o Roberto agora, entre nós ele existe, acho que nós  
627 temos uma estratégia importante ai, é importante fazer o documento que rebata, mas

628 que na introdução faça a nossa concepção do trabalho ao menos nas humanidades, e ai  
629 eu digo mais Roberto, nem todas as humanidades. As tensões vêm de diferentes lados,  
630 as tensões aqui mesmo nas unidades de ciências básicas duras há parte dos docentes  
631 que pensam como nós, e partes dos docentes que não, a divisão existe em várias das  
632 Unidades e mesmo nas profissionais, não vamos demonizar toda a Faculdade de  
633 Medicina, isto é um princípio que podemos colocar nesta introdução que a Universidade  
634 atualmente também precisa também pensar na sua complexidade e talvez exija de fato  
635 diferentes acomodações, isto esta contemplado no documento, cada Unidade define um  
636 pouco o seu índice de tempos, mas isto está mal dito em todos os sentidos, o cacófono  
637 inclusive. Eu insisto, apesar da Rosangela não achar, nós nunca achamos que é hora de  
638 fazer proposta, porque isto obriga um contraponto, primeiro lugar que cada Unidade  
639 tenha um poder para determinar o tipo de carreira, segundo nós aqui nas Humanidades  
640 propomos o que, porque na ECA é interessante na verdade as carreiras nos níveis  
641 iniciais, na FAU também é, nós por outras razões, então acho que isto precisamos  
642 encarar, propor, se a gente sentar para discutir duas horas vamos chegar a conclusão  
643 que os princípios formadores, humanistas, fundamentam a proposta de carreira que nós  
644 tínhamos e por outro lado isto soma com outras Unidades, então tem que construir uma  
645 certa substância aqui e buscar aliança com outras Unidades para poder colocar na pauta  
646 do CO, porque mesmo que o relatório do GT vá para pauta do CO, nós teremos  
647 condições de colocar na pauta uma outra carreira, claro que a reforma do estatuto  
648 continua Adrian, isto é estratégico, você muda a concepção de Universidade legislando  
649 agora sobre a carreira, então vamos discutir a carreira, porque ai já se define um grande  
650 leque, isto é reforma de estatuto sim e portanto vamos começar a emendar onde faz  
651 menos barulho talvez, porque há muitas forças que são a favor evidentemente por parte  
652 disto que nós discordamos, há muitas e que estão também nos poderes das respectivas  
653 Unidades e que o GT não tem consenso, não tem mesmo, e que as Humanidades lá são  
654 minoritárias, e a nossa posição é minoritária dentro do GT e da Universidade, se a gente  
655 fizer um plebiscito hoje esta proposta ganha, agora nós vamos lutar para que pelo  
656 menos deixem a gente fazer o que queremos fazer.”. Com a palavra, a Profa. Dra.  
657 Elizabeth Harkot de La Taille, disse: “Bom vou ser rápida, boa tarde, boa noite, vou ser  
658 rápida porque a Valéria já disse um pouco do que eu ia dizer, e bom pegando o gancho  
659 de como nós não temos com intervir nas bolsas da Medicina, exigir que eles parem de  
660 receber bolsas, acho que em contrapartida não é admissível que o presidente da CERT

661 chamar Chefe de Departamento para discutir qual o valor do artigo de um membro do  
662 DLM, porque não estava entendendo que sentido tinha aquele artigo, quando o cara é  
663 físico, perdão o modo de me expressar, então assim como não vamos brigar para que a  
664 Medicina não tenha bolsas, nem brigar para que a gente tenha bolsas como eles, não  
665 cabe aceitar esse tipo de coisa que está acontecendo, acho que ai coloca o fulcro da  
666 questão, não há uma base de confiança para se aceitar esse plano que embuti avaliação  
667 para defender o contrato de trabalho, porém acho que a gente tem que se colocar sim  
668 como quem tem voz, não é para dizer não, mas colocar senão uma proposta de imediato  
669 que não dá para fazer, colocar que a FFLCH se propõe em determinado tempo  
670 apresentar a proposta que considera representativa para avaliação dos seus próprios  
671 docentes, eles podem nem aceitar, mas só da gente dizer que não, eu acho que esvazia  
672 a palavra da gente, era isto que eu queria colocar, realmente na falta de confiança não  
673 tem como aceitar, mas também dizer só não enfraquece, de apontar os pontos positivos  
674 e os pontos negativos pode ser, é dizer os negativos e a gente propõe, já que não nos  
675 representa, nós nos propomos a apresentar e fica mais difícil de dizer não.”. Com a  
676 palavra, o Senhor Presidente, disse: “Bom não tem mais inscritos aqui, queria ver se  
677 poderíamos iniciar o encaminhamento, há uma proposta aqui do Prof. Coggiola que de  
678 alguma maneira acho que ele interpretou um pouco, quer dizer uma Comissão que nós  
679 precisaríamos discutir perfil para consolidar documento, que seria documento a ser  
680 avaliado e votado pela Congregação, claro que tem essa proposta destes acréscimos  
681 que foram apresentados, que seriam uma espécie de preâmbulo do documento a partir  
682 do que se colocaria então com relação aos pontos cada uma das posições que o  
683 documento se consolida. Claro que neste preâmbulo tem que se contemplar esta  
684 questão também que o Prof. Adrian colocou numa perspectiva e o Prof. Bolzani também,  
685 discutir um pouco o que é Universidade, eu confesso me simpatizo cada vez mais pela  
686 ideia de uma Universidade pluralista, que possa contemplar diversas formas de  
687 organização e que ela seja do ponto de vista do seu valor equitativas, ou seja, que todas  
688 elas sejam de idêntico valor, porque senão a gente vai ficar sempre achando que tem um  
689 modelo, que é o modelo ideal e o resto são subsídios, eu acho que não nos cabe aqui  
690 discutir isto, como disse o Prof. Bolzani é um tema de discussão mais ampla, inclusive  
691 este tema do futuro das humanidades, do papel das humanidades na Universidade é um  
692 tema que temos que abraçar seriamente, porque eu acho que ele de alguma maneira é o  
693 centro para discussão da questão da carreira, acho que todas as outras questões vão

694 estar de alguma maneira atravessadas nesta questão, então eu encaminharia a proposta  
695 do Prof. Coggiola com os acréscimos que possam ser, se vocês estão de acordo  
696 precisaríamos discutir a composição, aqueles Departamentos que produziram textos  
697 participariam desta Comissão com mais um ou outro membro, tem a ideia que os Chefes  
698 de Departamento. A Comissão reunir os documentos e chamar, porque fica alguém com  
699 a responsabilidade executiva de ter o texto e ouvir os demais, então vamos por partes:  
700 estão de acordo com a proposta de composição e da tarefa? Mandaremos todos os  
701 documentos por via eletrônica. Só temos a questão do prazo, o ideal seria que nós  
702 pudéssemos ter este documento para semana que vem e colocar na pauta da reunião  
703 ordinária, senão for possível nós teríamos que convocar uma nova reunião  
704 extraordinária, que teria que ser entre dia cinco e nove, porque até dia quatro nós  
705 estamos aqui fechando o relatório da avaliação institucional, se houver a possibilidade  
706 da Comissão entregar em tempo de circular e colocar na pauta da próxima Congregação  
707 ordinária seria o ideal, senão teríamos que convocar uma ordinária no período citado.”.  
708 Após votação foi **APROVADA** a proposta de delegar uma comissão de  
709 acompanhamento das políticas docentes consolidar os documentos apresentados.  
710 Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Senhor Diretor encerrou a sessão. E,  
711 para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para  
712 Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com o Senhor  
713 Presidente. São Paulo, 20 de agosto de 2015.